

# REGULAMENTO DO CONVITE DE ACESSO TEMPORÁRIO PARA A PRÁTICA DE ESPORTES-CATE

(Aprovado pela Resolução Normativa CD-nº 008/2015, de 8 de dezembro de 2015)

**Art. 1º** Este Regulamento disciplina a expedição de Convite de Acesso Temporário para a Prática de Esportes-CATE e dispõe sobre as regras a serem obedecidas pelos seus beneficiários.

**Art. 2º** Fica limitado a 100 (cem) o número de Convites de Acesso Temporário para a Prática de Esportes-CATE.

**§1º** Attingido o limite fixado no *caput* deste artigo, o Conselho Deliberativo poderá, recebendo proposta da Diretoria Executiva, autorizar a expedição de novos CATES, até o limite que fixar.

**§ 2º** A implantação do CATE deverá ser feita de modo gradual e precedida de minucioso planejamento, distinto para cada modalidade esportiva, elaborado pelo respectivo Diretor esportivo e aprovado pela Diretoria Executiva.

**Art. 3º** O pedido de expedição do CATE conterá a anuência do Diretor do Departamento respectivo e será formalizado pelo candidato por meio de correspondência padronizada fornecida pela Secretaria do BCC e dirigida ao Presidente do Conselho de Informação e Disciplina.

**§ 1º** O CATE só beneficiará o candidato que tiver a idade mínima de 18 (dezoito) anos, será intransferível e concedido sempre a título precário, e terá prazo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos de 1 (um) ano, até o máximo de 5 (cinco) anos.

**§ 1º/A** Findo o prazo máximo de 5 (cinco) anos, o Secretário Executivo de Esportes, por proposta do Diretor do Departamento respectivo, poderá submeter à Diretoria Executiva, caso

a caso, a prorrogação de novo prazo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por iguais período de 1 (um) ano, até o máximo de 3 (três) anos.

**§ 2º** O Diretor do Departamento respectivo será responsável pela orientação dos Titulares do CATE a respeito das normas e procedimentos disciplinares do BCC e pelo acompanhamento e fiscalização do cumprimento das referidas normas e demais disposições estatutárias e regulamentares.

**Art. 4º** Aprovado o pedido pelo Conselho de Informação e Disciplina, o CATE será expedido pelo Presidente da Diretoria Executiva, arcando o Titular com o pagamento de mensalidade fixada pela Diretoria Executiva.

**§ 1º** Arcará o Titular com o pagamento dos preços fixados para a utilização da sauna, academia de ginástica, aulas de hidroginástica, tênis, exame médico, aluguel de salão de festas, estada no DPN, expedição de convites e outros preços que vierem a ser criados ou fixados pela Diretoria Executiva para a utilização de bens e a prestação de serviços específicos e divisíveis.

**§ 2º** A Diretoria Executiva, à vista do comportamento da demanda e de outras circunstâncias financeiras e operacionais, poderá reajustar o preço de que trata o *caput*.

**§ 3º** O Titular do CATE não terá o direito de indicar Dependentes e somente poderá utilizar convites pagos.

**Art. 5º** São deveres do Titular do CATE observar conduta compatível com o decoro exigido na

vida em sociedade, colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades esportivas, zelar pela conservação do patrimônio social e pela preservação ambiental no BCC, e bem assim honrar pontualmente com as suas obrigações sociais.

**Art. 6º** O Titular do CATE, mediante proposta fundamentada do Diretor do Departamento respectivo e por decisão monocrática do Presidente da Diretoria Executiva, poderá ser suspenso ou cassado a qualquer momento, por inadimplência ou infração disciplinar, incabível qualquer recurso contra essa decisão.

**Parágrafo único.** O Titular do CATE cassado em virtude de inadimplência ou por medida de ordem disciplinar somente poderá obter a expedição de novo CATE depois de decorridos 3 (três) e 5 (cinco) anos da data de sua cassação, respectivamente.

**Art. 7º** O Associado do BCC, de qualquer das categorias de que trata o art. 53 do Estatuto, exceto o Associado Contribuinte Cessionário, somente poderá obter o CATE depois de decorridos no mínimo 5 (cinco) anos do seu desligamento do Quadro de Associados.

**Art. 8º** Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.